

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Os mendicantes e o ensino na universidade medieval: Boaventura e Tomás de Aquino

Terezinha Oliveira*

ABSTRACT: When studying the two mendicant and canonical masters of the scholastic thought the aim is to show how the theoretical differences influenced teaching in that period. When preserving Augustinian thoughts as a valid learning or acquirement within medieval University, Saint Boaventura keeps a different status from that of Saint Tomás de Aquinos. Saint Tomás considers the learning found in sacred writings as essential for knowledge, as well as he outspreads and accepts Aristotle knowledge as a fundamental part of knowledge. Both conceptions of learning imply a distinct teaching position. When assuming such a status, they present two different ways for getting knowledge: the first keeps itself inserted in the primary form of medieval teaching, whereas the second one points to an opening to learning.

Key words: Mendicant Orders. Medieval Universities. Scholast

Nosso objetivo é analisar a atuação de dois mestres parisienses do século XIII: Boaventura o e Tomás de Aquino. Para compreender essa atuação é necessário considerar o surgimento das Ordens Mendicantes, particularmente as dos Franciscanos e Dominicanos, e a criação das Universidades, juntamente com o debate travado no século XIII, entre a permanência do pensamento agostiniano e a difusão do pensamento aristotélico.

O surgimento das Ordens religiosas (Franciscanos e Dominicanos) deve-se ao estado em que se encontrava a Igreja Cristã no século XIII. Em oposição à riqueza das grandes catedrais e mosteiros e à suntuosidade dos clérigos dirigentes, elas pregavam a pobreza e a evangelização. Chenu (1967, p. 11), destacando o fato de Santo Tomás entrar para a ordem dos Dominicanos a revelia de seus familiares, ressalta as razões de as Ordens atraírem tantos jovens. Em primeiro lugar, elas eram contestadoras sociais. Ao defenderem o ideal de pobreza, elas criticavam a riqueza da Igreja e convertiam-se em uma nova perspectiva para o cristianismo ao proporem uma retomada do Evangelho “puro”. Com isso, os mendicantes atraem para as suas fileiras os jovens e os descontentes com a posição da Igreja e com o que haviam se tornado os valores cristãos. Estabelece-se uma luta entre as forças religiosas novas e vigorosas, representadas pelas ordens mendicantes, e as tradicionais forças da Igreja. Ela ganha o interior das Universidades uma vez que seus principais mestres originam-se dessas duas ordens. Segundo Pieper (1973, p. 210-211), os Dominicanos e os Franciscanos eram, em síntese, pregadores da palavra cristã, mas também uma resposta do pensamento cristão à crise social do século XIII.

* Professora Doutora do Departamento de Fundamentos da Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá.

As Ordens Mendicantes estavam vinculadas estreitamente às Universidades e às cidades. Pieper destaca dois aspectos que expressam a essência das Ordens, especialmente a dos dominicanos: a preocupação com o conhecimento, com as ciências, por um lado, e a preocupação com a evangelização, o “estudio de la Biblia y ciencia”, por outro (p. 235). Isso fica claro quando salienta a atuação dos dois maiores dominicanos do século XIII: Alberto Magno e Tomás de Aquino. O primeiro, mestre, e o segundo, discípulo, preocupam-se com a evangelização e com a busca do conhecimento. O trabalho de evangelização e a busca pelo saber estão na ordem do dia dos mendicantes.

Contudo, há diferenças entre as duas ordens. Enquanto os dominicanos se voltam para a evangelização e para a busca da verdade por meio da religião e da investigação científica da natureza, os franciscanos se dedicam com afinco à tarefa de evangelização. Segundo Pieper (1973, p. 235), embora os mestres de renome da Universidade medieval tenham sido franciscanos, como São Boaventura, a ciência não é uma vocação dessa Ordem. Os dominicanos, por seu turno, estiveram à frente nas Universidades. Exatamente por esse envolvimento Alberto Magno e, especialmente, Tomás de Aquino, estão presentes e influentes nas Universidades até os nossos dias. Ambos estiveram envolvidos e criaram um novo modo de filosofar, ao fundirem o pensamento aristotélico à fé cristã. Essa é uma das razões pelas quais Santo Tomás é considerado o grande mestre da Escolástica. Também Chenu salienta que os Franciscanos estavam preocupados com a evangelização: “A primeira, e poder-se-ia dizer a única, regra de S. Francisco são uns versículos do Evangelho, e não um programa novo de vida apto para competir religiosamente com a regra de Santo Agostinho ou com a de São Bento” (1967, p. 19).

A proposta inovadora dos franciscanos era o retorno ao antigo ideal de pobreza em oposição à riqueza da Igreja, recuperando e pregando o Evangelho em seu estado puro. Em contrapartida, os dominicanos, devotando-se à pobreza e à evangelização, não se restringiram a isso. Diferentemente dos franciscanos, os dominicanos criaram uma nova forma de interpretar o Evangelho e de ver a sociedade “[...] <<uma nova maneira de pensar, de raciocinar, de fundar a Teologia e de explicar a religião>>. Santo Tomás, o teólogo, é filho de Domingos o pregador. E os pregadores, sem Tomás de Aquino, são impensáveis”. (Chenu, 1967, p. 21). Assim, os dominicanos não se limitaram a criticar a ordem estabelecida, adotando a pobreza, mas criaram uma nova doutrina para enfrentar a crise instaurada no seio da cristandade latina. Para Chenu os dominicanos somente criaram uma nova forma de interpretar o mundo, tanto no aspecto religioso como no que tange ao desenvolvimento do intelecto, por terem se envolvido nos problemas gerais da sociedade, inclusive com um dos

mais complexos, a questão da liberdade das comunas. Destaca, assim, o comprometimento social das Ordens mendicantes, especialmente a dos Dominicanos, com o mundo laico.

Assim, Dominicanos e Franciscanos expressaram um novo momento progressivo da religião católica ao se envolverem com o povo para lhe dar a perspectiva de um novo caminho. Ao retomarem os valores do cristianismo primitivo, as Ordens deram ao cristianismo um vigor similar ao que possuía por ocasião do nascimento do mundo medieval.

Desse modo, as diferenças e semelhanças das Ordens, seu significado como resposta às crises do século XIII, seu papel no desenvolvimento de uma nova doutrina explicativa para as coisas divinas e humanas, em suma, a influência que exerceram no desenvolvimento da civilização como um todo, tudo é extremamente significativo para o entendimento da Universidade medieval e do debate travado entre são Boaventura e santo Tomás. Eles marcaram as grandes disputas universitárias do século XIII bem como sofreram e, algumas vezes, participaram das condenações feitas às Universidades ao longo do “grande século medieval”.

Para tratarmos do papel da Universidade parisiense do século XIII e da atuação dos dois mestres mendicantes consideramos como elemento essencial as transformações ocorridas no interior do próprio Ocidente, resultantes do renascimento do comércio e das cidades. A nosso ver, são faces de um único processo, já que as cidades ressurgem em função do comércio o qual, por sua vez, somente podem existir no espaço da *urbis*. Não cabe discutir a primazia de um sobre o outro, mas entender que ambos surgiram e caminharam juntos no interior do mundo feudal. É importante destacar que, ao mesmo tempo em que tiveram incontestável papel no apogeu do feudalismo, também contribuíram para o nascimento da sociedade burguesa. Foram elementos fundamentais na construção da nova sociedade então nascente. De fato, foi nas cidades que assistimos a primeira grande divisão do trabalho e o surgimento das corporações de ofícios. Também foi nas cidades que os diferentes segmentos sociais encontraram-se e travaram relações. Trouxeram mudanças tão grandes que ocorre uma profunda alteração no conceito de temporalidade. Se ao longo da Idade Média, no mundo rural e no mundo urbano herdados do apogeu romano, o tempo foi marcado pelo mundo da religião, definido pela Igreja, o mundo citadino que surge nos séculos XII e XIII estabelece uma nova idéia de tempo, agora definida pelo trabalho do artesão e pelas feiras. Le Goff analisa essa mudança ao mostrar que a vida das pessoas passou a ser gerida pelo relógio e não mais pela natureza. É o borbulhar de homens e de mercadorias que define o tempo da vida, ou seja, a vida passa a ser determinada pelo trabalho e não somente pela idéia da salvação eterna.

O mundo do trabalho que nasce define também as atividades intelectuais. O profissional do saber não considera mais o seu conhecimento como uma graça divina, mas como um trabalho.

De acordo com Le Goff, nesse momento os intelectuais vêem o mundo e a si mesmos como um prolongamento das cidades, desta *vasta fábrica borbulhante de ruídos e de ofícios*. O intelectual, como qualquer artesão, percebe que a vida se realiza neste ambiente agitado de mudanças. Em função destas transformações, torna-se imperioso a criação de um novo ensino, não apenas com novas disciplinas, como a dialética, a física e a ética, mas considerando-se que os homens das cidades precisam de novas técnicas científicas e artesanais. O profissional do saber, o intelectual, precisa vir em socorro dos demais profissionais. Como homem de ofício, tem de saber fazer a ligação entre a ciência e o ensino. O intelectual tem clareza de que o conhecimento não pode ser entesourado. Ao contrário, precisa ser divulgado. O ensino deve também ter uma razão, cumprir um papel na sociedade. “As escolas são oficinas de onde se exportam as idéias, como se fossem mercadorias” (LE GOFF, 1984, p. 66). Também Brocchieri salienta que os intelectuais do século XIII consideravam o estudo como um trabalho. Boaventura não deixa dúvidas sobre esse entendimento.

Se tivéssemos de viver do mero trabalho manual, estaríamos tão preocupados com o trabalho a executar que não poderíamos dedicar-nos aos assuntos dos outros nem celebrar condignamente os ofícios divinos ou dedicar-se com igual liberdade à oração [...] (SÃO BOAVENTURA apud BROCCHIERI 1989, p.131).

A passagem é significativa por revelar que Boaventura considera o estudo um trabalho, mas que também encara como trabalho as demais atividades dos frades, como a oração, os trabalhos domésticos, o recolhimento de esmolas. Em síntese, considera as ações humanas a partir da divisão do trabalho, ou seja, daquela grande divisão da sociedade pautada na religião cristã, na qual existiriam dois grandes setores: os homens da Igreja e o povo; o domínio do sagrado e do profano. Deste modo, é que a partir do renascimento das cidades, do desenvolvimento do comércio, do surgimento dos embates entre os dois poderes, da emergência das diferentes corporações de ofício, dentre elas a própria Universidade, que as relações humanas criam novos valores, imbuídos do novo espírito propiciado pelo ambiente citadino. A partir dessa nova concepção de relação social podemos entender o surgimento das Universidades no século XIII e de seus intelectuais. Com efeito, elas não surgem de um acontecimento único, mas das transformações acima mencionadas. Não se pode afirmar que surgiram das escolas do século XII, bem como não é possível afiançar, com toda segurança, uma data precisa para suas origens. Também não podemos entendê-las somente a partir das

três origens mencionadas por Verger: a espontânea, por secessão e as criadas, nem, tampouco, a partir da *Authentica Habita*, de Frederico Barba Roxa, no século XII. Evidentemente, de um modo ou de outro, esses elementos participaram do surgimento desse novo locus do saber, mas nenhum deles, isoladamente, pode explicar as origens das Universidades. Elas correspondem ao momento vivido e seus principais mestres, os pregadores mendicantes (franciscanos e dominicanos), surgiram no bojo desses acontecimentos.

Ao nos determos nas primeiras e principais universidades medievais fundadas entre 1215 e 1225 (Bolonha, Paris e Oxford) verificamos que cada uma delas tinha características peculiares devido à região de origem. Assim, a Universidade de Paris e seus mestres constituem notáveis exemplos destas características. Nela vemos despontar o grande debate sobre a introdução maciça de Aristóteles no pensamento medievo. Com efeito, por concentrar o maior número de alunos no século XIII, pelo fato de os principais teóricos serem seus mestres, por ela ser considerada a capital da Universalidade cristã, é que o principal debate em torno das idéias do Filósofo verificou-se em Paris. As duas maiores correntes religiosas e teóricas do século travaram um intenso debate em torno dessa questão. De um lado, Tomás de Aquino, um dos maiores representante dos dominicanos e um dos mais expressivos mestres da Universidade e da Igreja, afirmando que a leitura e o estudo do pensamento aristotélico são importantes para a compreensão das coisas inferiores, ou seja, de todas as coisas humanas e da natureza. Evidentemente, Aquino não propunha o abandono do conhecimento divino, das escrituras sagradas, enfim, da teologia. Ao contrário, entendia as escrituras sagradas como fundamentais para entender o existente no universo, o que levaria até Deus. Poderíamos citar diversas passagens dos escritos de Tomás de Aquino que atestam a proximidade entre o conhecimento divino e o pensamento de Aristóteles. Contudo, basta o artigo primeiro da questão 11 disputada sobre a Verdade que, na tradução em que nos baseamos, intitula-se *De Magistro*. Ao discutir se os homens podem ou não ensinar ou se isso é somente uma possibilidade divina, Aquino argumenta com as duas bases teóricas: os escritos sagrados e Aristóteles.

Ora, o conhecimento preexiste no educando como potência não puramente passiva, mas ativa, senão o homem não poderia adquirir por si mesmo. E assim como há duas formas de cura: a que ocorre só pela ação da natureza e a que ocorre pela ação da natureza ajudada pelos remédios, também há duas formas de adquirir conhecimento: de um modo, quando a razão por si mesma atinge o conhecimento que não possuía, o que se chama descoberta; e, de outro, quando recebe ajuda de fora, e este modo se chama ensino.

[...]

É por isso que diz o Filósofo em I Posterium [2] que “demonstração é fazer conhecer um silogismo”. Agora, se alguém, ao ensinar, propõe coisas que não decorrem dos princípios evidentes, ou deles decorrem, mas isto não fica claramente visível, então não está produzindo nele saber, mas talvez, opinião ou fé, se bem que estas sejam causadas de algum modo pelos princípios inatos: pois é desses mesmos princípios evidentes que se extraem aquelas conclusões que necessariamente se seguem a eles e devem ser afirmadas com certeza, ao mesmo tempo em que se negam suas contrárias; mas há outras proposições às quais se pode assentir ou não.
(TOMAS DE AQUINO, Q. 11, art. 1, Solução).

Para Aquino é Deus quem possibilita ao homem a posse da luz da razão e é esta luz que lhe permite ter conhecimento e ensinar. Dito de outro modo é a luz divina que possibilita ao homem ensinar, mas, em última instância, a razão que ensina também é a do homem. Portanto, ele também pode ensinar. Ainda nessa passagem, Aquino recorre ao Filósofo para mostrar que o ensino não é apenas uma transmissão de códigos. Deve-se partir de algo evidente, ou seja, com Aristóteles patenteia-se que se ensina quando se parte de algo real. Se Tomás de Aquino alia em seus escritos estudos e pregações dessas duas naturezas de conhecimento, o racional de Aristóteles e o revelado pela fé em Deus, seu contemporâneo, Boaventura, um dos maiores mestres franciscanos, refuta a importância do conhecimento aristotélico. O texto *Cristo, único mestre de todos*, de Boaventura, é extremamente claro quanto à sua concepção de ensino. A seu ver, Cristo é o único provedor do conhecimento, que só se realiza no homem por meio da fé. Percebe-se que Boaventura inspira-se direta e constantemente nas obras de Agostinho e nas Sagradas Escrituras. Menciona Platão e Aristóteles apenas para tratar do equívoco de ambos quanto ao conhecimento.

[...] contudo, conforme diz o Filósofo, que o conhecimento produz-se em nós através dos sentidos, da memória e da experiência, pelos quais se forma em nós o universal, que é princípio da arte e da ciência. Portanto, como Platão voltou todo o conhecimento certo para o mundo inteligível, ou das idéias, com razão foi repreendido por Aristóteles; e o erro não estava no fato de afirmar a existência das idéias e das razões eternas, pois nisso Agostinho o louva, mas porque desprezando o mundo sensível, quis reduzir toda a certeza do conhecimento àquelas idéias; e fazendo isso, embora parecesse estabelecer o caminho da sabedoria, que procede segundo razões eternas, contudo destruía o caminho da ciência, que procede segundo as razões criadas. Aristóteles, ao contrário, estabelecia esse caminho, descurando o superior. E por isso parece que, entre os filósofos, Platão haja recebido a linguagem da sabedoria, a Aristóteles a da ciência. Aquele se volta, sobretudo, para as realidades superiores, este, ao contrário, principalmente para as inferiores.

(BOAVENTURA, 2005, p. 381-382).

Assim, ao considerar o pensamento agostiniano como o caminho da verdade da fé, Boaventura nega os conhecimentos filosóficos de Aristóteles por não possuírem a

revelação cristã. Considera Agostinho o grande mestre pelo fato de que nele e em seus escritos encontramos a sabedoria da fé e, no caso da ciência, seu conhecimento adviria também da dádiva divina. Em suma, os pensadores gregos não poderiam influir no conhecimento e no saber dos homens do século XIII, devendo-se manter todo o ensino a partir de Agostinho, na medida em que possuiria a sabedoria maior, a revelada por Deus. Em função disso, afirma que somente Deus pode e deve ensinar os homens. Contrariamente a Tomás de Aquino, Boaventura nega a possibilidade de o homem ensinar.

10. A luz do intelecto criado não é, pois, suficiente para a compreensão com certeza de qualquer realidade, sem a luz do Verbo eterno. Por isso, diz Agostinho, no primeiro livro dos Solilóquios: “Como no Sol é possível observar três coisas: que existe, que refulge e que ilumina, assim, também, na essência mesma de Deus há três propriedades: que existe, que entende e que torna todas as demais coisas inteligíveis”. [...] Isso tudo é dito também no De vera religione, em VIII De Trinitate e no De Magistro, no qual, por toda a obra, procura demonstrar esta conclusão: “Um só é o nosso mestre, Cristo” (BOAVENTURA, 2005, .p. 377).

Ao entender que somente Deus pode ensinar e que só o conhecimento sagrado permite o conhecimento, Boaventura remete-nos ao conhecimento dominante no Ocidente durante a Idade Média, anterior a entrada maciça do pensamento aristotélico. Assim, Boaventura posiciona-se de forma oposta ao expresso pelos que propunham a junção entre fé e razão. Coloca-se, então, radicalmente contra os pensadores que difundiam o conhecimento aristotélico como a forma de ser do ensino. Justamente por ser participante desse embate, colocando-se claramente ao lado de uma tendência, ele expressa a idéia agostiniana tão fortemente presente nessa afirmação: “É evidente, pois, que um só é o nosso mestre, Cristo, em toda a forma de conhecimento, porque ele é o caminho, a verdade e a vida” (BOAVENTURA, 2005, p. 379). A veemência com que Boaventura se coloca favoravelmente à idéia de que o conhecimento e o ensino provêm da vontade divina, tornando Agostinho seu grande mestre, ele contribui para revelar as diferenças existentes entre suas formulações e as de Tomás de Aquino. As duas posições revelam, a nosso ver, um dos principais elementos que precisam ser considerados ao se estudar as origens das universidades medievais, pois nelas delinea-se o papel dessa instituição para a humanidade: o de inaugurar um novo espaço do saber, cuja essência é a produção teórica e o embate científico. Nesse sentido, não pretendemos nos posicionar nesta disputa entre Boaventura e Tomás de Aquino. Ao contrário, decorridos oito séculos desse debate e da criação das Universidades, a história já indicou qual dos caminhos e qual tendência prevaleceram. Ela nos mostrou o novo que emergiu desse debate, ou seja, o conhecimento passou a ser definido não apenas pela fé, mas,

gradativamente, a razão foi ganhando corpo nas ciências, a ponto de verificarmos, no século XIV, o despontar de novas teorias sobre o poder, sobre a ciência, sobre as navegações, entre outros acontecimentos inovadores.

Referências

BOAVENTURA, Cristo, único mestre de todos. In: *Escritos Filosófico-Teológicos*. Porto Alegre: Edipucrs, 1999.

BROCCHIERI, M. F. B. *O intelectual*. IN: Le Goff, J. (Dir). *O homem Medieval*. Lisboa: Presenta, 1989, p. 125-141.

CHENU, *Santo Tomás de Aquino e a Teologia*. Rio de Janeiro: Agir, 1967.

PIEPER, J. *Filosofia Medieval y Mundo Moderno*. Madrid: Rialp, 1973

TOMÁS DE AQUINO, (*De Magistro*) e Os Sete Pecados Capitais. São Paulo: Martim Fontes, 2006.

VERGER, J. *As Universidades na Idade Média*. São Paulo: UNESP, 1990.